

A LEI 10.639/03 E O ENSINO DA HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA NAS ESCOLAS

**LAW NO. 10,639/03 AND THE TEACHING OF AFRO-BRAZILIAN HISTORY AND CULTURE
IN SCHOOLS**

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.063-033>

Flávia Nayara Rodrigues da Silva Barbosa

Licenciatura em Educação Física
UNIFAMETRO

E-mail: profissionalflaviarodrigues@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5865688861598276>

Lilian de Souza Batista Silva

Mestranda em Letras
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

E-mail: lilian.souza@ufrn.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9091894245765283>

Sandra Regina Gomes Trindade

Licenciada Plena em Pedagogia
Universidade Federal do Pará (UFPA)

E-mail: sandra.reginapedag@gmail.com

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4375029017430494>

Suely Marilene da Silva

Bacharelado em Ciências do Consumo/2026
Universidade Federal Rural de Pernambuco/(UFRPE)

E-mail: Suely.marilene@gmail.com

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4446735640744194>

Francisco Cazuza da Silva Sobrinho

Graduado em Letras
Instituto Federal da Paraíba

E-mail: cazuzadasilva@gmail.com

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4700472603819937>

Raiane Lima Silveira

Licenciada em Biologia
Universidade Tiradentes

E-mail: raianebiologa@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3563059258570525>

Luciene dos Santos Silva

Enfermeira Intensivista e Nefrologista
Centro Universitário Padre Anchieta

E-mail: lucienegbi1@hotmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4871370141785479>

Jane Alves Lopes de Oliveira Cruz

Mestranda em Saúde Coletiva
Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)
E-mail: janealvescomercial@gmail.com
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1091053395806824>

Meiry Cristiane Richil de Carvalho

Mestranda em Agroecologia
Universidade Estadual de Roraima
Boa Vista - Roraima
E-mail: meiryrichil10@gmail.com
Lattes: <https://lattes.cnpq.br/2048503580746268>

Ismael Chaves Faustino de Araújo

Graduado em Educação Física
Universidade Cidade Verde - UNICV, João Pessoa - PB
E-mail: ismael.cfaraujo@professor.joaopessoa.pb.gov.br
Lattes: <https://lattes.cnpq.br/82647013276240>
ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-2808-3018>

Resumo

A Lei nº 10.639/2003 representa um importante marco para a educação brasileira ao tornar obrigatório o ensino da história e da cultura afro-brasileira na educação básica, contribuindo para a valorização da diversidade étnico-racial e para o enfrentamento do racismo no ambiente escolar. O presente estudo teve como objetivo analisar a importância dessa legislação para a promoção de práticas pedagógicas antirracistas nas escolas brasileiras, discutindo seus fundamentos, desafios e contribuições para a formação cidadã. Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, desenvolvida a partir de buscas realizadas nas bases de dados SciELO, Latindex, Livre e em repositórios vinculados ao Open Journal Systems, considerando publicações em português e inglês entre os anos de 2019 e 2026. A seleção dos estudos ocorreu mediante a aplicação de critérios de inclusão e exclusão previamente estabelecidos, resultando em uma amostra composta por treze produções científicas. Os resultados evidenciaram que a efetivação da Lei nº 10.639/2003 depende da articulação entre políticas públicas, formação docente, currículo e recursos pedagógicos capazes de promover a valorização da história e da cultura afro-brasileira. Além disso, identificaram-se desafios relacionados à implementação das diretrizes curriculares e à necessidade de fortalecer práticas educativas comprometidas com a igualdade racial. Conclui-se que a consolidação de uma educação antirracista exige o compromisso institucional e o desenvolvimento contínuo de estratégias voltadas à promoção da justiça social e da diversidade cultural.

Palavras-chave: Cultura afro-brasileira; Educação antirracista; Formação docente; Lei nº 10.639/2003; Relações étnico-raciais.

Abstract

Law No. 10.639/2003 represents an important milestone in Brazilian education by making the teaching of Afro-Brazilian history and culture mandatory in basic education, contributing to the appreciation of ethnic-racial diversity and to the fight against racism in the school environment. This study aimed to analyze the importance of this legislation for the promotion of anti-racist pedagogical practices in Brazilian schools, discussing its foundations, challenges, and contributions to citizenship education. This is an integrative literature review developed through searches conducted in the SciELO, Latindex, Livre, and Open Journal Systems repositories, considering publications in Portuguese and English between 2019 and 2026. The selection of studies was carried out through previously established inclusion and exclusion criteria, resulting in a sample of thirteen scientific publications. The findings revealed that the effective implementation of Law No. 10.639/2003 depends on the articulation between public policies, teacher education, curricula, and pedagogical resources capable of promoting the appreciation of Afro-Brazilian history and culture. In addition, challenges related to the implementation of curricular guidelines and the need to strengthen educational practices committed to racial equality were identified. It is concluded that the consolidation of anti-racist education requires institutional commitment and the continuous development of strategies aimed at promoting social justice and cultural diversity.

Keywords: Afro-Brazilian culture; Anti-racist education; Ethnic-racial relations; Law No. 10.639/2003; Teacher education.

1 INTRODUÇÃO

A educação brasileira tem sido marcada por transformações significativas voltadas ao reconhecimento da diversidade étnico-racial e à valorização das contribuições históricas e culturais dos povos africanos e afro-brasileiros. Nesse contexto, a promulgação da Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, constituiu um marco para a educação nacional ao estabelecer a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura afro-brasileira na educação básica, promovendo a revisão de práticas pedagógicas historicamente caracterizadas pela invisibilização das populações negras (Brasil, 2003).

A criação dessa lei resultou de um longo processo de reivindicações conduzido pelos movimentos sociais negros, que historicamente denunciaram a exclusão das narrativas afro-brasileiras dos currículos escolares. A implementação da Lei nº 10.639/03 representa uma conquista coletiva fundamentada na luta pela democratização do ensino e pela valorização da identidade negra no país (Almeida, 2026).

Posteriormente, a ampliação das políticas públicas ocorreu com a promulgação da Lei nº 11.645/2008, que incluiu o ensino da história e da cultura indígena nos currículos da educação básica

(Brasil, 2008). Paralelamente, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais estabeleceram orientações pedagógicas voltadas à promoção de práticas educativas comprometidas com a valorização da diversidade cultural e com a construção de uma sociedade mais igualitária (Brasil, 2004).

Nesse cenário, a escola desempenha papel fundamental na desconstrução de preconceitos e estereótipos reproduzidos ao longo da história brasileira. A construção de uma educação antirracista exige a revisão de modelos tradicionais de ensino e a incorporação de práticas pedagógicas capazes de reconhecer os saberes produzidos pelas populações negras (Gomes, 2021).

Apesar dos avanços legais conquistados nas últimas décadas, diversos estudos apontam desafios relacionados à implementação da Lei nº 10.639/03 nas instituições de ensino. Entre os principais obstáculos encontram-se a insuficiência de materiais didáticos adequados, a ausência de formação continuada para professores e as dificuldades na inserção da temática nos currículos escolares (Costa; Ribeiro, 2024).

As dificuldades de implementação também podem ser observadas na análise dos materiais pedagógicos utilizados nas escolas brasileiras. Embora tenham ocorrido avanços na incorporação das discussões sobre relações étnico-raciais, ainda persistem lacunas na representação da diversidade nos livros didáticos, especialmente nas áreas de Ciências da Natureza e Matemática (Boiago; Santos; Oliveira, 2025).

Outro aspecto relevante refere-se à formação docente, considerada elemento essencial para a consolidação de práticas pedagógicas antirracistas. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores destacam a importância da preparação de profissionais aptos a atuar em contextos marcados pela diversidade e pelas demandas sociais contemporâneas (Brasil, 2015). Nesse sentido, a qualificação continuada dos educadores torna-se indispensável para assegurar a efetividade das políticas educacionais voltadas à igualdade racial.

Além da formação docente, diferentes recursos pedagógicos têm contribuído para o fortalecimento do ensino da história e da cultura afro-brasileira. A literatura infantil com protagonismo negro favorece a construção de identidades positivas e auxilia no combate ao racismo desde os primeiros anos da educação básica (Barbosa; Rostas, 2025). Do mesmo modo, as tecnologias digitais ampliam as possibilidades metodológicas e potencializam experiências de aprendizagem mais dinâmicas e participativas (Dias *et al.*, 2025).

Diante desse panorama, a realização de estudos sobre a Lei nº 10.639/03 justifica-se pela necessidade de compreender os avanços obtidos e os desafios ainda existentes para a consolidação de uma educação democrática e inclusiva. A efetividade da legislação depende não apenas da existência de dispositivos normativos, mas também do compromisso institucional, da participação social e da transformação das práticas pedagógicas desenvolvidas nas escolas (Domingues, 2025).

Dessa maneira, o presente estudo tem como objetivo analisar a importância da Lei nº 10.639/03 para o ensino da história e da cultura afro-brasileira nas escolas, discutindo seus fundamentos legais, os desafios relacionados à sua implementação e as contribuições das práticas pedagógicas antirracistas para a formação cidadã. Busca-se, ainda, compreender de que forma as políticas educacionais e os instrumentos pedagógicos podem favorecer a construção de ambientes escolares mais inclusivos, plurais e comprometidos com a valorização da diversidade étnico-racial.

2 METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma revisão integrativa da literatura, método que possibilita a síntese e a análise crítica do conhecimento produzido acerca de determinado fenômeno, permitindo a reunião de evidências científicas provenientes de diferentes delineamentos metodológicos. A escolha desse tipo de revisão justifica-se pela necessidade de compreender como a Lei nº 10.639/03 vem sendo abordada no contexto educacional brasileiro, especialmente no que se refere ao ensino da história e da cultura afro-brasileira nas escolas.

A pesquisa foi conduzida a partir da seguinte pergunta norteadora: quais são as contribuições, os desafios e as estratégias identificadas pela produção científica acerca da implementação da Lei nº 10.639/03 no ensino da história e da cultura afro-brasileira nas escolas?

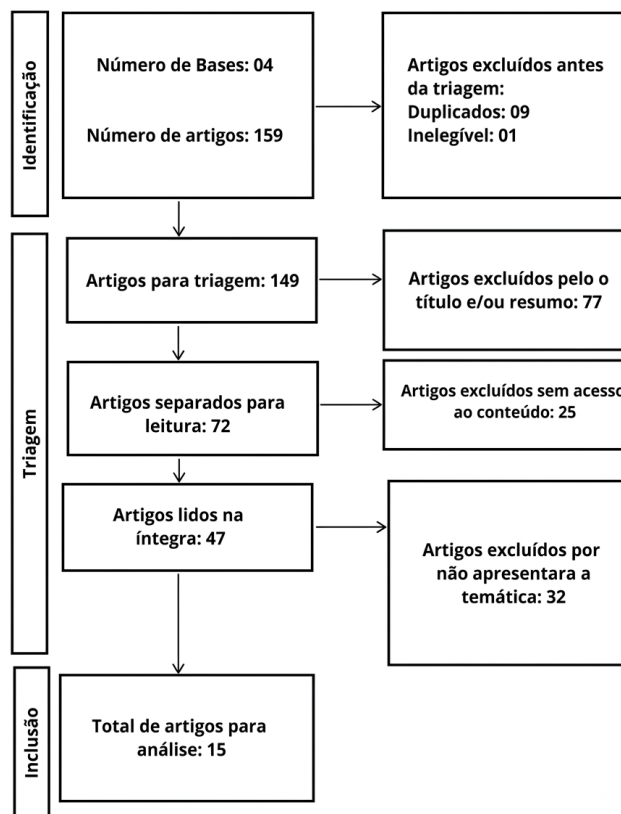
Para a construção da revisão integrativa, foram seguidas as etapas de definição do tema, elaboração da questão de pesquisa, estabelecimento dos critérios de elegibilidade, busca nas bases de dados, seleção dos estudos, extração das informações relevantes, análise crítica dos achados e síntese dos resultados. Esse percurso metodológico permitiu sistematizar as evidências científicas relacionadas ao objeto de investigação e garantir maior rigor na condução da pesquisa.

A busca bibliográfica foi realizada entre os meses de junho e julho de 2026, por meio das bases de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO), Latindex, Livre e repositórios vinculados ao Open Journal Systems (OJS). A seleção dessas fontes ocorreu em razão de sua relevância para a divulgação de pesquisas nas áreas da educação, das ciências humanas e das relações étnico-raciais, além da ampla disponibilidade de artigos científicos em acesso aberto.

Foram empregados, de forma isolada e combinada, os seguintes descritores em português e inglês: “Lei nº 10.639/03”, “história e cultura afro-brasileira”, “educação antirracista”, “relações étnico-raciais”, “African-Brazilian history and culture”, “anti-racist education” e “ethnic-racial relations”. Os descritores foram articulados por meio dos operadores booleanos AND e OR, com o objetivo de ampliar a sensibilidade da busca e identificar estudos compatíveis com a temática proposta.

O processo de identificação, triagem e seleção dos estudos incluídos nesta revisão encontra-se sintetizado na Figura 1, que apresenta as etapas de busca, aplicação dos critérios de elegibilidade e definição da amostra final analisada.

Figura 1 – Fluxograma do processo de seleção dos estudos da revisão integrativa.



Fonte: Autoria própria (2026).

Como critérios de inclusão, foram considerados estudos publicados entre os anos de 2019 e 2026, disponíveis na íntegra, nos idiomas português e inglês, que abordassem a implementação da Lei nº 10.639/03, o ensino da história e da cultura afro-brasileira, a educação das relações étnico-raciais e práticas pedagógicas antirracistas no contexto escolar. Também foram incluídos artigos científicos, capítulos de livros, documentos oficiais e produções acadêmicas que apresentassem contribuições relevantes para a compreensão do tema.

Por outro lado, foram estabelecidos como critérios de exclusão trabalhos duplicados nas bases consultadas, estudos publicados fora do recorte temporal definido, produções em idiomas distintos do português e do inglês, resumos simples, editoriais, resenhas, cartas ao editor, trabalhos incompletos e pesquisas que não apresentassem relação direta com os objetivos propostos pelo estudo.

Após a aplicação dos critérios de elegibilidade, os materiais selecionados foram submetidos à leitura dos títulos, resumos e textos completos, seguida da organização das informações em instrumentos de

sistematização elaborados pelos pesquisadores. Posteriormente, os dados foram analisados de forma descritiva e interpretativa, buscando identificar convergências, divergências e contribuições acerca da implementação da Lei nº 10.639/03 no ambiente escolar, bem como os desafios enfrentados pelas instituições de ensino na promoção da educação para as relações étnico-raciais.

Por se tratar de uma revisão integrativa da literatura, desenvolvida exclusivamente com base em dados secundários disponíveis em documentos públicos e publicações científicas, a presente pesquisa não necessitou de submissão e aprovação por Comitê de Ética em Pesquisa, conforme as diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde, que dispõe sobre as normas aplicáveis às pesquisas em Ciências Humanas e Sociais.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A busca realizada nas bases de dados SciELO, Latindex, Livre e em repositórios vinculados ao Open Journal Systems (OJS) possibilitou a identificação de estudos relacionados à implementação da Lei nº 10.639/03 e ao ensino da história e da cultura afro-brasileira no contexto escolar. Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão previamente estabelecidos, foram selecionadas 15 publicações científicas, divulgadas entre os anos de 2019 e 2026, nos idiomas português e inglês. Os estudos analisados contemplaram diferentes abordagens metodológicas e investigaram aspectos relacionados às políticas educacionais, à formação docente, aos materiais didáticos, às práticas pedagógicas antirracistas e aos desafios enfrentados pelas instituições de ensino para a efetivação da educação das relações étnico-raciais.

A caracterização das produções incluídas nesta revisão integrativa encontra-se apresentada na Tabela 1.

Tabela 1 – Caracterização dos estudos incluídos na revisão integrativa.

Autor/Ano	Objetivo	Principais contribuições
Almeida (2026)	Analisar as relações entre o movimento negro, a educação e a construção da Lei n.º 10.639/2003.	Evidenciou a atuação histórica do movimento negro como agente fundamental na formulação de políticas públicas educacionais, ressaltando sua contribuição para a institucionalização do ensino da história e da cultura afro-brasileira no currículo escolar.
Barbosa e Rostas (2025)	Investigar a contribuição da literatura infantil com protagonismo negro para a educação antirracista.	Demonstrou que as sequências didáticas fundamentadas em obras literárias com protagonismo negro favorecem a valorização da identidade étnico-racial e a consolidação de práticas pedagógicas comprometidas com a equidade.
Boiago, Santos e Oliveira (2025)	Analisar a inserção das Leis n.º 10.639/2003 e n.º 11.645/2008 nos livros didáticos de Ciências da Natureza e Matemática.	Identificou avanços na incorporação das relações étnico-raciais aos materiais didáticos, ao mesmo tempo em que evidenciou limitações quanto à

A LEI 10.639/03 E O ENSINO DA HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA NAS ESCOLAS

		abordagem interdisciplinar e à representatividade cultural.
Domingues (2025)	Discutir os impactos da Lei n.º 10.639/03 sobre o ensino da história e da cultura afro-brasileira.	Destacou a relevância da legislação para a reformulação curricular e para a ampliação do debate acerca da presença africana e afro-brasileira nos processos educativos.
Gomes (2021)	Refletir sobre estratégias de enfrentamento ao racismo e sobre a descolonização das práticas educativas e acadêmicas.	Defendeu a necessidade de transformar os referenciais pedagógicos tradicionais, promovendo a valorização de saberes historicamente marginalizados e o fortalecimento da educação antirracista.
Gomes (2019)	Examinar as relações entre raça, infância e justiça social no contexto da Educação Infantil.	Evidenciou a importância da inserção das discussões étnico-raciais desde os primeiros anos escolares, contribuindo para a construção de práticas educativas voltadas à promoção da justiça social.
Lima (2023)	Compreender as percepções de docentes de Química acerca das Leis n.º 10.639/2003 e n.º 11.645/2008.	Apontou desafios relacionados à formação docente e à integração das temáticas étnico-raciais ao ensino de Ciências, destacando a necessidade de abordagens pedagógicas interdisciplinares.
Marques, Pegoraro e Silva (2019)	Analisar os movimentos legais e políticos relacionados à Educação Infantil e à Base Nacional Comum Curricular.	Demonstrou como as transformações normativas influenciaram a organização curricular da Educação Infantil, favorecendo a incorporação de princípios voltados à diversidade e à inclusão.
Oliveira (2022)	Investigar a relação entre a Lei n.º 10.639/2003, a educação antirracista e os regimes de informação.	Evidenciou a importância da democratização do acesso à informação para a efetivação das políticas educacionais voltadas às relações étnico-raciais.
Pereira, Pereira e Bianco (2025)	Analisar o uso pedagógico de filmes antirracistas para a descolonização do conhecimento no ensino de Ciências e Matemática.	Demonstrou o potencial dos recursos audiovisuais como instrumentos capazes de ampliar o debate sobre diversidade cultural e favorecer a desconstrução de perspectivas eurocêntricas.
Reis (2019)	Mapear a produção científica sobre a implementação das Leis n.º 10.639/03 e n.º 11.645/08.	Sistematizou o estado da arte sobre a temática, identificando avanços, lacunas e desafios relacionados à consolidação da educação para as relações étnico-raciais.
Silva e Santos (2024)	Analisar a presença da cultura científica antirracista nos currículos dos cursos de Pedagogia no Brasil.	Evidenciou a necessidade de fortalecer a formação inicial de professores por meio da ampliação dos conteúdos relacionados à educação antirracista nos currículos universitários.
Silva e Palmeira (2025)	Avaliar a efetividade da educação antirracista em uma instituição de Educação Infantil do estado de Alagoas.	Identificou limites e potencialidades na implementação da Lei n.º 10.639/2003, destacando a importância do compromisso institucional para a consolidação de práticas inclusivas.

Fonte: Autoria própria (2026).

Inicialmente, a implementação da Lei nº 10.639/2003 constitui um marco nas políticas educacionais brasileiras ao estabelecer a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura afro-brasileira na educação básica. Ao discutir os impactos dessa legislação, Domingues (2025) ressalta que sua relevância ultrapassa

a inclusão de novos conteúdos curriculares, representando uma oportunidade para reconfigurar as relações étnico-raciais no ambiente escolar e promover a valorização da diversidade cultural.

Ademais, a criação desse dispositivo legal está diretamente associada às reivindicações históricas do movimento negro brasileiro. Segundo Almeida (2026), a consolidação da lei decorre de décadas de mobilização social voltadas ao enfrentamento das desigualdades raciais e à ampliação da representatividade da população negra nos espaços educacionais. Nesse sentido, a legislação expressa a institucionalização de demandas historicamente negligenciadas pelas políticas públicas.

Paralelamente, a literatura evidencia que a efetivação da educação antirracista depende da desconstrução de práticas pedagógicas fundamentadas em perspectivas eurocêntricas. Gomes (2021) argumenta que a descolonização dos processos educativos exige a valorização de saberes e experiências historicamente marginalizados, favorecendo a construção de ambientes escolares mais inclusivos e democráticos.

Sob essa perspectiva, Oliveira (2022) destaca que a circulação de informações e o acesso ao conhecimento desempenham papel essencial na implementação das políticas voltadas às relações étnico-raciais. Para o autor, a democratização do conhecimento constitui um elemento estratégico para fortalecer ações pedagógicas comprometidas com a valorização da história e da cultura afro-brasileira.

Entretanto, apesar dos avanços normativos conquistados nas últimas décadas, a inserção da temática afro-brasileira nos currículos escolares ainda enfrenta desafios significativos. Reis (2019) observa que a implementação das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 ocorre de maneira heterogênea entre as instituições de ensino, revelando limitações relacionadas à organização curricular e à disponibilidade de recursos pedagógicos.

Complementarmente, Silva e Palmeira (2025) identificam que a efetividade da educação antirracista depende não apenas da existência de dispositivos legais, mas também do comprometimento institucional com a promoção da igualdade racial. As autoras destacam que persistem dificuldades na incorporação sistemática dos conteúdos previstos pela legislação, especialmente na Educação Infantil.

Simultaneamente, a formação docente emerge como um dos principais fatores associados ao sucesso das políticas educacionais voltadas às relações étnico-raciais. Ao investigarem os cursos de Pedagogia, Silva e Santos (2024) verificaram que a inserção da cultura científica antirracista ainda ocorre de forma desigual, o que pode comprometer a preparação dos futuros professores para atuar em contextos marcados pela diversidade.

Corroborando essa discussão, Lima (2023) demonstra que docentes da área de Química reconhecem a importância das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, embora apontem limitações relacionadas à

formação inicial e continuada. Segundo o autor, a ausência de subsídios teóricos e metodológicos dificulta a incorporação das relações étnico-raciais às práticas pedagógicas cotidianas.

Além disso, a promoção de uma educação antirracista exige intervenções desde os primeiros anos da escolarização. Gomes (2019) enfatiza que a Educação Infantil representa um espaço privilegiado para a construção de valores relacionados ao respeito às diferenças e à justiça social, contribuindo para a formação de sujeitos mais conscientes das desigualdades existentes na sociedade.

De maneira convergente, Marques, Pegoraro e Silva (2019) argumentam que as mudanças legais e políticas ocorridas no campo educacional ampliaram as possibilidades de inserção da diversidade cultural nos currículos da Educação Infantil. Para os autores, a construção de propostas pedagógicas inclusivas depende da articulação entre os marcos normativos e as demandas sociais contemporâneas.

Adicionalmente, diferentes recursos didáticos têm sido apontados como instrumentos relevantes para a consolidação do ensino da história e da cultura afro-brasileira. Barbosa e Rostas (2025) evidenciam que a literatura infantil com protagonismo negro contribui para a valorização das identidades étnico-raciais e para o enfrentamento de estereótipos reproduzidos no ambiente escolar.

Igualmente, Pereira, Pereira e Bianco (2025) ressaltam o potencial pedagógico dos recursos audiovisuais na promoção de práticas educativas antirracistas. De acordo com os autores, a utilização de filmes no ensino de Ciências e Matemática favorece a descolonização do conhecimento e amplia as possibilidades de reflexão crítica sobre a diversidade cultural.

Por outro lado, a análise dos materiais didáticos revela que ainda existem limitações na abordagem das relações étnico-raciais em diferentes áreas do conhecimento. Boiago, Santos e Oliveira (2025) identificam avanços na inserção das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 nos livros didáticos, embora ressaltem a persistência de lacunas relacionadas à interdisciplinaridade e à representatividade dos grupos historicamente excluídos.

Finalmente, os estudos analisados convergem ao indicar que a efetivação da Lei nº 10.639/2003 exige a articulação entre políticas públicas, formação docente, práticas pedagógicas e participação social. Embora avanços importantes tenham sido alcançados, a consolidação de uma educação comprometida com a igualdade racial depende do fortalecimento contínuo de estratégias capazes de promover a valorização da história e da cultura afro-brasileira em todos os níveis de ensino.

4 CONCLUSÃO

A análise da produção científica acerca da Lei nº 10.639/2003 permitiu compreender que a inserção obrigatória da história e da cultura afro-brasileira no currículo escolar representa um importante avanço no enfrentamento das desigualdades étnico-raciais presentes na educação brasileira. Ao responder à questão norteadora deste estudo, constatou-se que a implementação da legislação tem contribuído para a promoção

de práticas pedagógicas antirracistas, embora ainda existam desafios relacionados à sua efetivação nos diferentes níveis e modalidades de ensino.

Nesse contexto, o objetivo proposto de analisar a importância da Lei nº 10.639/2003 para o ensino da história e da cultura afro-brasileira nas escolas foi alcançado, uma vez que a revisão integrativa possibilitou identificar os principais aspectos envolvidos na consolidação dessa política educacional. Os estudos analisados evidenciaram que a legislação constitui um instrumento fundamental para a valorização da diversidade cultural e para a construção de uma educação comprometida com a equidade e a justiça social.

Entre os principais achados, verificou-se a convergência entre os autores quanto à relevância da atuação do movimento negro na conquista de políticas públicas voltadas à educação das relações étnico-raciais. Além disso, observou-se que a implementação da lei exige a articulação entre currículo, gestão escolar, formação docente e produção de materiais didáticos capazes de contemplar a pluralidade histórica e cultural da sociedade brasileira.

Outro aspecto identificado refere-se à necessidade de fortalecer a formação inicial e continuada dos professores, considerando que a qualificação profissional constitui um dos principais fatores para a efetividade das práticas pedagógicas antirracistas. As investigações também demonstraram que a utilização de recursos como literatura infantil, produções audiovisuais e tecnologias digitais amplia as possibilidades de ensino e favorece o desenvolvimento de experiências educativas mais inclusivas.

Adicionalmente, os resultados apontaram que, apesar dos avanços decorrentes da promulgação da Lei nº 10.639/2003 e de outros instrumentos normativos complementares, persistem desafios relacionados à implementação das diretrizes curriculares, à interdisciplinaridade e à inserção da temática afro-brasileira em diferentes componentes curriculares. Tais limitações evidenciam a necessidade de ampliar o compromisso institucional com a promoção da igualdade racial no ambiente escolar.

Dessa maneira, conclui-se que a consolidação da educação para as relações étnico-raciais depende da continuidade das políticas públicas, do fortalecimento das práticas pedagógicas e do reconhecimento da escola como espaço estratégico para a formação cidadã. A valorização da história e da cultura afro-brasileira deve ser compreendida como um processo permanente, capaz de contribuir para a desconstrução de preconceitos e para a construção de uma sociedade mais democrática e inclusiva.

Por fim, sugere-se a realização de pesquisas futuras que investiguem os impactos da implementação da Lei nº 10.639/2003 na aprendizagem dos estudantes e na formação docente em diferentes contextos regionais brasileiros, especialmente por meio de estudos de campo que possibilitem compreender as especificidades e os desafios enfrentados pelas instituições de ensino na promoção de uma educação efetivamente antirracista.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Jane Barros. Quem tem medo do movimento negro? Movimento negro, educação e a Lei n. 10.639/2003. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 56, p. e12351, 2026.
- BARBOSA, A. B.; ROSTAS, M. H. S. G. Children's literature with black protagonism: an analysis of teaching sequences for an anti-racist education. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 14, 2025. Disponível em: <https://rsdjournal.org/rsd/article/view/36420>. Acesso em: 21 dez. 2025.
- BOIAGO, C. E. P.; SANTOS, T. M.; OLIVEIRA, C. C. Educação antirracista e decolonial: análise da inserção das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 nos livros didáticos de Ciências da Natureza e Matemática. **Educação das Relações Étnico-Raciais e Direitos Humanos: Práticas Antirracistas das Culturas Afrobrasileiras, Africanas e Indígenas – Dossiê**, v. 8, n. 2, 2025. DOI: <https://doi.org/10.36704/sdhe.v8i2.9703>. Disponível em: <https://revista.uemg.br/sciasdireitoshumanoseducacao/article/view/9703>. Acesso em: 21 dez. 2025.
- BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB), para instituir o ensino de história e cultura afro-brasileira na educação básica. Brasília: Diário Oficial da União, 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm. Acesso em: 21 dez. 2025.
- BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera as Leis nº 9.394/1996 e nº 10.639/2003 para incluir também o ensino de história e cultura indígena. Brasília: Diário Oficial da União, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm. Acesso em: 21 dez. 2025.
- BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2004. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-diversas/temas-interdisciplinares/diretrizes-curriculares-nacionais-para-a-educacao-das-relacoes-etnico-raciais-e-para-o-ensino-de-historia-e-cultura-afro-brasileira-e-africana>. Acesso em: 21 dez. 2025.
- BRASIL. **Plano Nacional de Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, DF: MEC/SECAD/SEPPIR, 2009. Disponível em: <https://editalequidaderacial.ceert.org.br/pdf/plano.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2025.
- BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica**. Brasília, DF: MEC/CNE, 2015. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br>. Acesso em: 21 dez. 2025.
- COSTA, M. F.; RIBEIRO, C. M. Lei nº 10.639/2003 e a implementação da educação para as relações étnico-raciais na educação básica. **Revista Educação em Contexto**, 2024. DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.14187753>. Disponível em: <https://revistaseduc.educacao.go.gov.br/index.php/rec/article/view/166>. Acesso em: 21 dez. 2025.
- DIAS, Livia Gomes Rodrigues et al. **AS TECNOLOGIAS DIGITAIS COMO FERRAMENTA DE ENSINO DA HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA**. Aurum Editora (e-books), [S. l.], p. 828–840, 2025.

DOMINGUES, Petrônio. A LEI 10.639/03 E O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v. 55, e11162, 2025. Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742025000100516&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 09 jul. 2026. Epub 03-Jul-2025.

GOMES, N. L. O combate ao racismo e a descolonização das práticas educativas e acadêmicas. **Revista de Filosofia Aurora**, v. 33, n. 59, 2021. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/aurora/article/view/27991>. Acesso em: 21 dez. 2025.

GOMES, N. L. Raça e Educação Infantil: à procura de justiça. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 1015–1044, jul./set. 2019. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/curriculum/article/view/44232>. Acesso em: 21 dez. 2025.

LIMA, A. A. Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 e educação antirracista: ideias de um grupo de docentes de química. **Ensino & Multidisciplinaridade**, v. 8, n. 2, 2023. Disponível em: <https://cajapio.ufma.br/index.php/ens-multidisciplinaridade/article/view/18720>. Acesso em: 21 dez. 2025.

MARQUES, C. M.; PEGORARO, L.; SILVA, E. T. da. Do assistencialismo à Base Nacional Comum Curricular (BNCC): movimentos legais e políticos na Educação Infantil. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 20, n. 42, p. 255-280, jan./abr. 2019. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1984723820422019255/pdf>. Acesso em: 21 dez. 2025.

OLIVEIRA, D. S. A lei n.º 10.639/2003: educação antirracista e regime de informação. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/moci/article/view/39925>. Acesso em: 21 dez. 2025.

PEREIRA, C. L.; PEREIRA, M. R. S.; BIANCO, G. Law nº 10.639/2003: the teaching-pedagogical use of anti-racist films for the decolonization of knowledge in science and mathematics teaching. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 6, 2025. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/27965>. Acesso em: 21 dez. 2025.

REIS, G. C. dos. O estado da arte: a implementação das leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08. **Em Tese**, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 196–213, jan./jun. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/1806-5023.2019v16n1p196>. Acesso em: 21 dez. 2025.

SILVA, A. G. A. da; SOARES SANTOS, Y. Educação do/para e como negro no Brasil: do ensino básico ao superior - Lei nº 10.639, de 2003: a cultura científica antirracista nos currículos do curso de Pedagogia no Brasil. **Revista Educare**, Universidade Federal da Paraíba, v. 11, 2024. DOI: <https://doi.org/10.22478/ufpb.2527-1083.2024v11.70768>. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/educare/article/view/70768>. Acesso em: 21 dez. 2025.

SILVA, S. M. E.; PALMEIRA, L. Duas décadas da Lei nº 10.639/2003 e um horizonte de inquietações sobre a efetividade da educação antirracista: um estudo de caso em uma instituição de Educação Infantil do estado de Alagoas. **Educação Por Escrito**, v. 16, 2025. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/porescrito/article/view/45355>. Acesso em: 21 dez. 2025.